

## Política de Privacidade

Para a Apus Trust a privacidade e segurança dos dados pessoais de clientes, candidatos a emprego, parceiros e outros titulares de dados pessoais são aspetos que assumem uma importância crucial.

Esta política aplica-se a todos os sistemas, pessoas e processos que constituem o sistema de informação da Apus Trust. O compromisso para a segurança da informação e proteção no tratamento dos dados pessoais por nós conservados ou recolhidos, entregues ou enviados para os nossos serviços, é assumido pela Direção da Apus Trust conforme expresso na Política de Proteção de Dados Pessoais.

No tratamento dos dados pessoais respeitamos a sua privacidade, reiteramos o nosso empenho na implementação de medidas para a conformidade, em particular para garantir:

- a) um tratamento lícito, suportado por uma base legal, interesse legítimo ou consentimento do titular dos dados;
- b) que o tratamento é limitado à finalidade para o qual os dados foram disponibilizados;
- c) que existem mecanismos para obter exatidão e completude dos dados por si disponibilizados;
- d) a minimização dos dados requeridos, solicitando apenas os adequados à finalidade;
- e) a limitação no armazenamento dos dados, de acordo com os prazos de retenção definidos;
- f) a implementação de medidas para integridade e confidencialidade da informação.

A Apus Trust está a definir procedimentos para conformidade da empresa, com os princípios acima descritos e requisitos do novo Regulamento para a Proteção de Dados Pessoais (RGPD), para os sistemas de informação existentes e para proceder à avaliação prévia de impacto e implementação de medidas para a privacidade em novos tratamentos de dados a realizar no futuro.

Para saber mais detalhe sobre como recolhemos, utilizamos, partilhamos e protegemos os dados pessoais que obtemos, agradecemos que consulte as secções seguintes desta Política de Privacidade.

### 1. A Apus Trust

A Apus Trust, é responsável pelo tratamento dos dados, realizados no âmbito das atividades internas da empresa, processos de recrutamento e seleção, promoção e marketing e na prestação dos serviços aos nossos clientes, nomeadamente Serviços especializados de segurança e privacidade, tais como GRC (Governance, Risk and Compliance); Auditoria (ISO 27001, RGPD, QNRCS); I&D (Cibersegurança e Proteção de Dados); Testes de Penetração (Pen-test); CISO (Responsável de Segurança); DPO (Encarregado de Proteção de Dados); Human Firewall.

O responsável pelo tratamento de dados pessoais é a empresa Apus Trust, Lda (Apus Trust) com sede em Rua Cónego Alfredo César Oliveira, nº10 1º 9100-153 Santa Cruz, pessoa coletiva n.º: 517433567.

### 2. Categorias de Dados Pessoais tratados pela Apus Trust

Para a execução dos nossos serviços são tratadas as seguintes categorias de dados:



- a) Dados de identificação (e.g. NIF, nome);
- b) Dados de contacto (e.g. telemóvel, email);
- c) Dados demográficos (e.g. função, situação profissional, habilitações);
- d) Dados eletrónicos (e.g. dados de tráfego, ID de utilizador, endereço IP);

### 3. Finalidades, fundamento do tratamento e prazos de conservação dos dados pessoais

Os dados pessoais são tratados para as seguintes finalidades assentes, em cada caso, nos fundamentos indicados no quadro infra e são conservados pelo tempo estritamente necessário à prossecução das mesmas finalidades, conforme os prazos (ou critérios adotados para os definir) indicados na tabela abaixo.

A Apus Trust poderá manter outros dados pessoais por períodos superiores à duração da relação contratual, seja com base no consentimento do cliente, seja para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato, seja ainda porque tem interesses legítimos que o fundamentam, mas sempre pelo período estritamente necessário à realização das respetivas finalidades e de acordo com as orientações e decisões da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

#### 3.1. Titular de dados: Clientes

Finalidade do tratamento	Categoria de dados	Fundamento de licitude	Prazo de conservação
Gestão Financeira (Contratos, Encomendas, Faturação, Cobranças, Recebimentos, Pagamentos e Registos contabilísticos)	Dados de identificação; Dados de contacto;  Dados demográficos;	Relação pré-contratual e contratual decorrente da prestação de um serviço.	Enquanto durar a relação contratual.  O prazo poderá ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou caso exista um processo judicial ou obrigação legal a cumprir.
Cumprimento de obrigações legais, nomeadamente junto das autoridades, entre outras, de supervisão, tributária e fiscal ou judiciais.	Dados de identificação; Dados de contacto;  Dados demográficos;	Obrigações legais.  Para declaração, exercício ou defesa de direitos em processo judicial.	Prazo legal aplicável em cada momento para cada obrigação legal e jurídica a cumprir.  Até ao decurso do prazo de prescrição ou caducidade para o exercício de direitos.
Prospecção e ação comercial (eventos, seminários e contactos)	Dados de identificação; Dados de contacto;	Interesse legítimo de desenvolvimento e crescimento da	Conservação permanente, salvo objeção pelo titular dos dados.





<b>Finalidade do tratamento</b>	<b>Categoria de dados</b>	<b>Fundamento de licitude</b>	<b>Prazo de conservação</b>
para divulgação de serviços)	Dados demográficos; Dados Financeiros	atividade do responsável pelo tratamento (no caso de clientes).	
		Consentimento do titular dos dados. (para potenciais clientes).	Conservação permanente, salvo revogação do consentimento pelo titular dos dados.
Planeamento, gestão e prestação de serviços especializados de segurança da informação e proteção de dados, incluindo sessões de sensibilização, emissão de pareceres e apoio aos utilizadores de clientes Apus Trust.	Dados de identificação; Dados de contacto; Dados demográficos; Dados financeiros; Dados de utilização de TI	Relação pré-contratual e contratual decorrente da prestação do serviço.	Enquanto durar a relação contratual.  O prazo poderá ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato, entidades supervisoras ou caso exista um processo judicial ou obrigação legal a cumprir.
Controlo de qualidade e melhoria contínua dos serviços Apus Trust (e.g. Inquérito de Satisfação do Cliente)	Dados de identificação; Dados de contacto; Dados profissionais;	Relação Contratual decorrente da prestação de serviços.	Enquanto durar a relação contratual.
		Consentimento do titular dos dados.	Até revogação do consentimento pelo titular dos dados.
Acesso a informação no âmbito de projetos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) em segurança e privacidade	Dados de identificação; Dados de contacto; Dados demográficos; Dados financeiros; Dados de utilização de TI Outros dados necessários para I&D em curso	Consentimento do titular dos dados.  Sempre que não seja possível a anonimização, serão usadas medidas de pseudonimização e/ou minimização de dados pessoais.	Conservação permanente, salvo revogação do consentimento pelo titular dos dados.



### 3.2. Titular de dados: Candidatos a emprego

Finalidade do tratamento	Categoria de dados	Fundamento de licitude	Prazo de conservação
Processo de recrutamento (recolha de Curricula Vitae e candidaturas espontâneas)	Dados de identificação; Dados de contacto; Dados demográficos	Consentimento do titular dos dados para a avaliação do perfil e competências do candidato ao posto de emprego e conservação para ofertas futuras.	Até 1 ano, a contar da data da recolha dos dados.

### 3.3. Finalidades de tratamento de dados através do site <https://www.apustrust.com/>

A Apus Trust disponibiliza, através do site, formulários de comunicação, tanto nas áreas de serviços, como na área de carreiras, para facilitar o contacto de potenciais cliente ou parceiros e candidatos a emprego.

Finalidade do tratamento	Categoria de dados	Fundamento de licitude	Prazo de conservação
Pedidos de informação, sugestões, elogios, reclamações ou reservas através do Formulário em "Contacte-nos".	Dados de identificação Dados de contacto	Consentimento inequívoco.	Até revogação do consentimento pelo titular dos dados.
Submissão de candidaturas a emprego através do formulário em "Carreiras".	Ver secção 3.2. Titular de dados: Candidatos a emprego		

#### 3.3.1 Política de Cookies

Ao aceder ao website da Apus Trust, diversas informações são recolhidas como o seu endereço de IP, a versão e o tipo de browser, o sistema operativo, domínios e a hora a que acede.

A Apus Trust criou e publicou uma [Política de Cookies](#) específica para o site [www.apustrust.com](http://www.apustrust.com), que recomendamos a leitura e verificação frequente pois esta é de atualização contínua. A data da última alteração é publicada no rodapé do documento.



#### 4. Transferência de dados pessoais com outras entidades

Para que a Apus Trust consiga cumprir as suas atribuições e com vista a prestar-lhe um serviço de qualidade, poderá ter de comunicar os seus dados pessoais, ou dar acesso aos mesmos, a outras entidades.

Nestes casos, a Apus Trust apenas transmitirá os seus dados pessoais às seguintes categorias de destinatários:

- a) Autoridades Públicas, por obrigação legal ou regulamentar, e.g. Autoridade Tributária, Autoridades Policiais, Autoridades Inspetivas, Comissão Nacional de Proteção de Dados;
- b) Tribunais e os seus representantes;
- c) Entidades com relação contratual com a Apus Trust, necessárias à gestão e operação, nomeadamente: contabilidade, assistência informática e fornecedores de soluções informáticas, segurança informática, comunicações, alojamento remoto na nuvem (cloud);
- d) Empresas parceiras e seus subcontratantes, nomeadamente no âmbito da formação profissional e outros serviços subcontratados pela Apus Trust para cumprir com as suas obrigações contratuais.

#### 5. A Apus Trust enquanto entidade subcontratante

A Apus Trust enquanto entidade subcontratante de outra entidade sua cliente:

- a) Caso recorra à subcontratação de outras entidades para a prestação de serviços, será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como pela atuação destas.
- b) Obriga-se a garantir que as empresas por esta subcontratadas cumprirão o disposto no RGPD e na Lei de Execução Nacional e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o Adjudicatário celebra com outras entidades por si subcontratadas.
- c) Procederá à utilização das medidas de segurança lógica adequadas e quando necessário: a pseudonimização ou a cifragem dos dados pessoais, o controlo de acessos, a restrição de acessos através de contas de utilizador com permissões específicas e a utilização de logs de atividade, ou demais regras que resultem das boas práticas para a segurança da informação, ou ainda por solicitação do cliente enquanto responsável pelo tratamento. A implementação de medidas de segurança específicas, não previstas no âmbito do contrato, poderá ser alvo de orçamentação e aprovação prévia pelo cliente.
- d) Notificará o cliente da forma mais célere possível e sem demora, de qualquer destruição accidental, não autorizada ou ilegal, perda, alteração, divulgação ou acesso indevido a dados tratados em nome ou por conta do cliente.
- e) Em caso de incidente, que poderá respeitar a Violação de Segurança, notificará o cliente, entre outros, dos seguintes elementos: (i) uma descrição detalhada da Violação de Segurança; (ii) a identificação do tipo de dados que foram objeto de violação; e (iii) a identidade de cada pessoa afetada (ou, se tal não for possível, o número aproximado de titulares de dados e dos registos em causa), (iv) o nome e informações de contacto do Encarregado de Proteção de Dados (v) uma descrição das consequências prováveis da Violação de Segurança; (vi) uma descrição das medidas propostas para tratar a Violação de Segurança;
- f) À exceção das comunicações obrigatórias por solicitação ou imposição legal às autoridades, não disponibilizará ou publicará qualquer informação, comunicação, aviso, press release, ou relatório sobre qualquer Violação de Segurança em relação aos dados pessoais sem aprovação prévia do cliente.



- g) Procederá à conservação dos dados pessoais até decurso do prazo legal de prescrição de todas as obrigações emergentes do contrato, podendo esse prazo ser alargado por indicação do cliente.
- h) Quando cesse a finalidade que motivou o tratamento, inicial ou posterior, de dados pessoais, deverá proceder à devolução dos dados ou proceder à sua destruição ou anonimização por indicação do cliente.

## 6. Titulares dos Dados

Os visitantes do site, clientes, potenciais clientes, parceiros, candidatos a emprego e demais pessoas singulares para as quais a Apus Trust trata os seus dados, na qualidade de titulares dos dados, gozam dos seguintes direitos:

### 6.1. Direito de acesso

Sempre que o solicitar, pode obter informação de que dados pessoais seus são tratados pela Apus Trust. Pode, ainda, aceder aos seus dados pessoais, nomeadamente obtendo as seguintes informações:

- As finalidades para as quais os seus dados pessoais são tratados;
- O tipo de dados pessoais que são tratados;
- As entidades a quem os seus dados pessoais podem ser comunicados, incluindo entidades da União Europeia ou organizações internacionais;
- O prazo de conservação dos seus dados ou, se tal não for possível, os critérios para fixar esse prazo;
- Os direitos de que goza em relação ao tratamento dos seus dados pessoais;
- Se os dados pessoais não tiverem sido recolhidos junto de si, informações sobre a sua origem e tipo de dados em questão.

### 6.2. Direito de retificação

Sempre que considerar que os seus dados pessoais (fornecidos por si) estão incompletos, pode pedir que sejam completados, ou pode solicitar a sua retificação se se verificar que estão incorretos. (e.g. nome, contactos).

### 6.3. Direito ao apagamento

Em determinadas circunstâncias o titular dos dados poderá solicitar o apagamento dos seus dados pessoais. A Apus Trust irá informar da possibilidade ou não em satisfazer este direito face a obrigações de retenção existentes por via de imposição legal ou interesse legítimo.

### 6.4. Direito à limitação do tratamento

O direito à limitação do tratamento dos seus dados pessoais permite-lhe solicitar ao responsável pelo tratamento dos mesmos que restrinja o âmbito de acesso e tratamento dos seus dados pessoais ou que suspenda as atividades de tratamento. Pode requerer a limitação do tratamento dos seus dados pessoais nos seguintes casos:

- se contestar a exatidão dos seus dados pessoais, durante um período que permita a Apus Trust verificar a sua exatidão;



- se a Apus Trust já não precisar dos dados pessoais para fins de tratamento, mas se esses dados forem necessários para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

### **6.5. Direito à portabilidade**

Poderá solicitar a Apus Trust a entrega, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, dos dados pessoais por si fornecidos. Tem ainda o direito de pedir que a Apus Trust transmita esses dados a outro responsável pelo tratamento, desde que tal seja tecnicamente possível.

O direito à portabilidade apenas se aplica nos seguintes casos:

- quando o tratamento se basear no consentimento inequívoco ou na execução de um contrato;
- quando o tratamento em causa for realizado por meios automatizados.

### **6.6. Direito de oposição**

Tem o direito de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, e quando o tratamento for realizado para fins diferentes daqueles para os quais os dados foram recolhidos, mas que sejam compatíveis com os mesmos.

A Apus Trust deixará, nesses casos, de tratar os seus dados pessoais, a não ser que tenha razões legítimas para realizar esse tratamento e que estas prevaleçam sobre os seus interesses.

O exercício do seu direito de oposição poderá implicar a suspensão ou cessação, total ou parcial, dos benefícios associados à finalidade do tratamento dos dados em causa.

Pode também opor-se ao tratamento dos seus dados para fins de marketing direto.

### **6.7. Direito a retirar o seu consentimento**

Nos casos em que o tratamento dos dados seja feito com base no seu consentimento, poderá retirar o consentimento a qualquer momento.

Caso retire o seu consentimento, os seus dados pessoais deixarão de ser tratados, exceto se existir outro fundamento, como obrigações legais e regulamentares, interesse público ou interesse legítimo da Apus Trust, que justifique esse tratamento.

### **6.1. Apresentar Pedido do Exercício dos Direitos ou reclamações junto da Apus Trust ou autoridade de controlo**

O exercício dos seus direitos é gratuito, a menos que o pedido seja manifestamente infundado ou excessivo, podendo, em tais casos, ser cobrada uma taxa razoável considerando os custos associados.

A resposta aos seus pedidos deve ser prestada num prazo máximo de 30 dias, a não ser que se trate de um pedido especialmente complexo, caso em que esse prazo poderá ser mais longo.

A Apus Trust nomeou um Encarregado de Proteção de Dados pessoais, nos termos dos artigos 37.º, 38.º e 39.º do Regulamento Geral para a Proteção de Dados. Para pedir o exercício dos seus direitos, o titular de dados, pode entrar em contacto com o DPO da Apus Trust através do seguinte canal:

- **E-mail:** através de e-mail, para o endereço [dpo@ApusTrust.com](mailto:dpo@ApusTrust.com)



Caso pretenda apresentar alguma reclamação relativamente a matérias relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais poderá fazê-lo junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados, autoridade de controlo competente em Portugal ([www.cnpd.pt](http://www.cnpd.pt)).

## 7. Alterações a esta política

A Apus Trust tem como responsabilidade manter esta Política de Privacidade atualizada de forma a refletir as práticas de privacidade atuais. Neste sentido, esta Política de Privacidade poderá em qualquer altura, ser alterada pela Apus Trust. Quando fazemos alterações a esta declaração, revemos a “data de atualização” que acompanha do documento (rodapé ou cabeçalho). Aconselhamos a leitura periódica desta Política de Privacidade para que tenha conhecimento atualizado da forma como a Apus Trust protege a sua informação.

